

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2018

ISBN 978-85-240-4520-2
© IBGE, 2019

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a sexta edição da publicação de *Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*¹. São apresentados os resultados para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, estados e municípios. A partir desta publicação, os resultados publicados passam a ser os relativos ao ano imediatamente anterior ao da publicação, e, portanto, nesta publicação são disponibilizados os dados de 2018.

O trabalho mantém o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre a Secretaria do Tesouro Nacional, o Banco Central do Brasil e o IBGE para fins de aprimoramento das contas do setor governo. Este trabalho é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e pela definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando a compatibilização conceitual das mesmas e a racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal é fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014 - GFSM 2014*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF) e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008 - SNA 2008*, destacando as similaridades e diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, propicia uma visão intermediária das contas do setor institucional governo geral, que compõe as contas nacionais anuais.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, os referenciais metodológicos e de fontes expressas nas **Notas técnicas**. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados à publicação. Neste ano, foi revisto o registro da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos das esferas subnacionais. Até o presente ano, os valores arrecadados destes impostos

por estados e municípios eram registrados na respectiva esfera. Com vistas ao atendimento das recomendações do GFSM 2014 e, por consequência, de melhor comparabilidade internacional, estes impostos passam a ser registrados na esfera federal, que é a esfera de competência do tributo².

Os resultados apresentados, neste estudo, não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

Principais resultados

Em 2018, a Necessidade de Financiamento Líquida do Governo Geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas foi de R\$ 478,8 bilhões, apresentando uma queda de 12,4% em relação a 2017. Este resultado se deve ao crescimento de 8,2% da receita total em contraposição a uma variação de 4,2% das despesas totais das três esferas de governo.

Pelo lado das receitas, contribuíram para este desempenho o crescimento dos grupos dos impostos sobre bens e serviços (8,9%), dos impostos sobre a propriedade (9,5%), dos impostos sobre o comércio e transações internacionais (25,8%) e das rendas patrimoniais (14,6%). Entre os impostos sobre bens e serviços destacam-se a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/COFINS com crescimento de cerca de 10%, que tiveram impacto do aumento de alíquotas dos combustíveis no segundo semestre de 2017 e efeitos da desvalorização do câmbio (14,5% em média) e do incremento em volume das importações no período.

A elevação das importações também se refletiu no aumento de arrecadação do imposto de importação, principal componente dos impostos sobre o comércio e transações internacionais, que cresceu

¹ Por decisão editorial, a partir de 2018 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: A primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. As tabelas completas, as notas técnicas e demais informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>

² Ver **Notas técnicas** da publicação.

25,7% em 2018. O grupo dos impostos sobre a propriedade tiveram comportamento influenciado pela arrecadação dos impostos sobre a propriedade imobiliária, especialmente na esfera municipal, categoria que apresentou crescimento de 12,8% no período. Entre as rendas patrimoniais, destacam-se as compensações financeiras, que também foram influenciadas pela desvalorização cambial além da elevação no preço internacional do petróleo, e a receita de dividendos, principalmente, oriundos da Caixa Econômica Federal.

Nas Estatísticas de Finanças Públicas, os gastos registraram desaceleração de alguns dos seus principais componentes como as despesas líquidas (despesas menos receitas) com juros, que passaram de R\$ 416,4 bilhões em 2017 para R\$ 424,7 bilhões, uma variação de 2% frente a um crescimento de 11% no ano anterior. Os benefícios sociais totais tiveram variação positiva de 1,6% no ano, ante uma variação de cerca de 13% em 2017. As remunerações cresceram 5,2%, contra uma variação de cerca de 6% observada no ano anterior.

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes (em 31.12)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
Transações que afetam o patrimônio líquido					
1 Receita	2 003 231	859 831	629 060	(-) 647 303	2 844 819
1.1 Impostos	976 789	551 545	130 231	0	1 658 565
1.2 Contribuições sociais	646 877	42 947	59 004	0	748 828
1.3 Transferências / Doações	917	234 849	360 814	(-) 596 494	85
1.4 Outras receitas	378 648	30 490	79 011	(-) 50 809	437 340
2 Despesa	2 481 853	899 718	605 367	(-) 647 303	3 339 635
2.1 Remuneração de empregados	290 953	328 430	292 032	0	911 416
2.2 Uso de bens e serviços	72 908	117 817	186 021	0	376 745
2.3 Consumo de capital fixo	34 103	38 305	34 304	0	106 711
2.4 Juros	598 127	60 739	5 352	(-) 50 809	613 408
2.5 Subsídios	23 701	756	373	0	24 829
2.6 Transferências / Doações	447 564	151 604	980	(-) 596 494	3 654
2.7 Benefícios sociais	994 040	173 141	50 485	0	1 217 666
2.8 Outras despesas	20 458	28 927	35 821	0	85 206
Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	(-) 444 520	(-) 1 583	57 997	0	(-) 388 106
Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	(-) 478 622	(-) 39 887	23 693	0	(-) 494 817
Transações com ativos não financeiros					
3.1 Investimento líquido em ativos não financeiros	(-) 11 211	(-) 2 923	(-) 1 842	0	(-) 15 976
3.1.1 Ativos fixos	(-) 8 813	(-) 3 057	(-) 2 104	0	(-) 13 973
3.1.2 Estoques	169	134	262	0	565
3.1.3 Objetos de valor	52	0	0	0	52
3.1.4 Ativos não produzidos	(-) 2 620	0	0	0	(-) 2 620
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	(-) 467 411	(-) 36 965	25 535	0	(-) 478 840
Itens de memorando					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	2 447 750	861 413	571 064	(-) 647 303	3 232 924
2. Aquisição bruta de ativos fixos	25 290	35 248	32 200	0	92 738
3. Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária	(-) 93 574	20 690	18 707	0	(-) 54 178

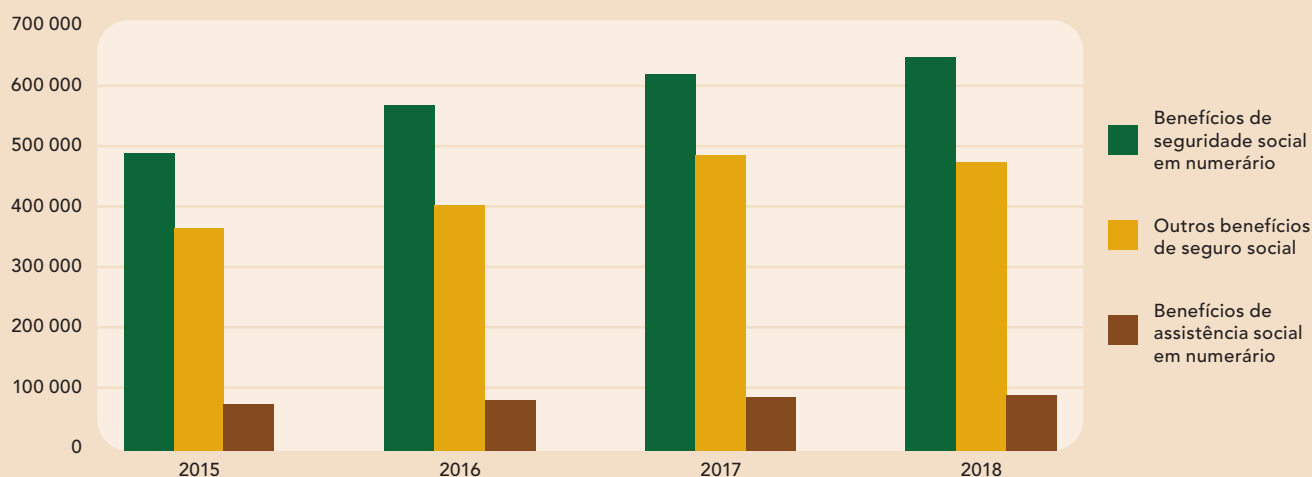
Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Nota: Informações metodológicas estão disponíveis nas **Notas técnicas** da publicação.

No caso dos benefícios sociais, esta diferença de comportamento entre os dois anos se deve principalmente ao evento da liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS observada em 2017 e que não se repetiu em 2018. Seguindo a classificação da Conta Intermediária de Governo, o Gráfico 1 mostra a evolução dos benefícios sociais desagregados por tipo de transação. Os benefícios da seguridade social, que englo-

bam, principalmente, os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, apresentaram variação positiva de 4,5%, abaixo do crescimento de 8,9% verificado no ano anterior. Os Outros Benefícios de Seguro Social, categoria onde estão incluídos os saques do FGTS, registraram queda de 2,4%. Retirado o efeito dos saques das contas inativas em 2017, a variação dos Outros Benefícios de Seguro Social foi de 7,3%.

Benefícios sociais, por transação (milhões R\$)

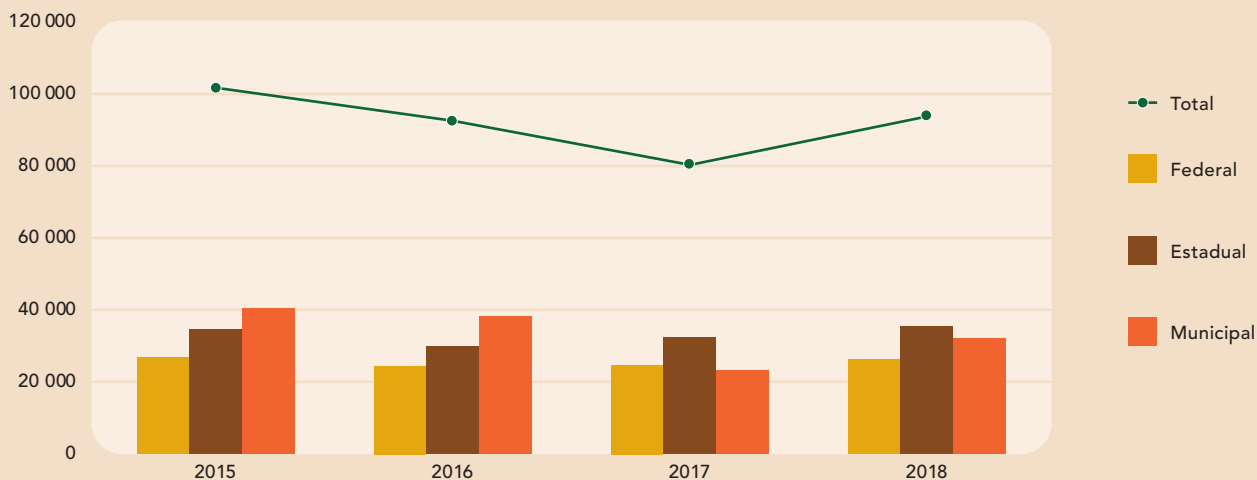


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE.

A formação bruta de capital fixo, captada na Conta Intermediária de Governo, que segue as orientações do SNA 2008, apresentou crescimento em todas as esferas de governo, passando de R\$ 80,3 bilhões para R\$ 93,9 bilhões, uma variação positiva de 16,9%. Esta variação foi mais elevada, especialmente pelos gastos dos governos municipais, que, no ano anterior, haviam registrado queda de

cerca de 40% nos investimentos e observaram elevação de 38,7% em 2018. Os governos estaduais registraram elevação de 9,4%, mantendo variação próxima a do ano anterior, enquanto o governo federal apresentou variação positiva de 6,5%, frente a um crescimento de 0,9% observado no ano anterior.

Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)

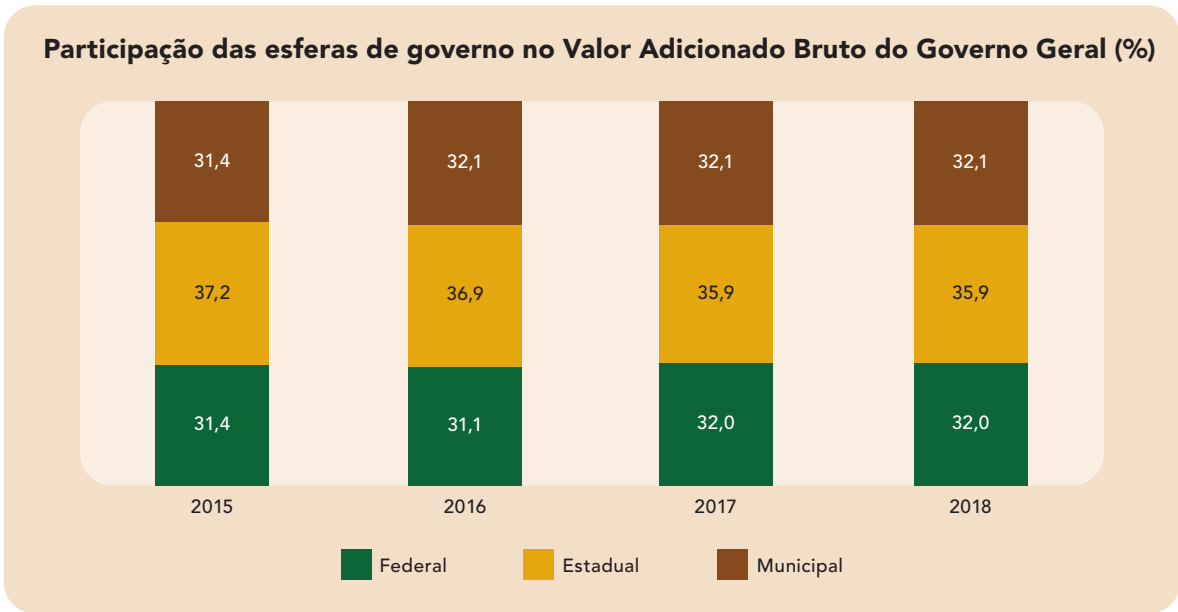


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

A Conta Intermediária de Governo disponibiliza uma primeira aproximação do valor adicionado do governo geral, e, portanto, da sua contribuição para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB para o ano de 2018 nas Contas Nacionais

Anuais, e sua composição entre as esferas de governo. Em 2018, observa-se que o valor adicionado do governo alcançou R\$ 1 016,8 bilhões, um crescimento de 4,9% em termos nominais em relação à 2017. Esta variação foi positiva em todas as esferas.

O governo federal teve crescimento de 4,7%, pouco abaixo da variação dos estados (4,9%) e dos municípios (5,0%), mantendo estáveis as participações de todas as esferas de governo no valor adicionado bruto total em relação ao ano anterior. ■



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil/EBC

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>